

Solução para radicar o fluxo migratório

Maria Tereza Cardoso

Quando o teto salarial do operário de construção civil acelera seu achatamento e a participação dessa indústria na estrutura ocupacional começa a diminuir, em termos absolutos, reduzindo a participação da população economicamente ativa para dez por cento, o governo faz uma pergunta, ainda sem resposta: «para onde vão esses trabalhadores, quando as taxas de crescimento demográfico do Distrito Federal, embora diminuindo, continuam sendo as mais altas do Brasil, com um crescimento migratório e vegetativo da ordem de 50 mil pessoas por ano?»

Diante dessa questão, o secretário de Serviços Sociais, Marival Pereira Tapioca, foi incisivo: «Não é só bater com uma varinha de condão e criar mercado de trabalho no Distrito Federal. As migrações já se reduzem. O nordestino já descobriu que Brasília não é o eldorado, que aqui não se consegue mais casa com facilidade». E disse acreditar no projeto assinado entre os governos federal e local para a descentralização do DF, o que facilitará a radicação das populações nas próprias áreas onde moram.

MERCADO

Esse projeto, chamado Seplan/GDF, acaba de montar um sistema de acompanhamento da dinâmica do nosso mercado de trabalho, que se impôs por duas razões principais: o elevado crescimento da população economicamente ativa e a falta de mecanismo adequado para acompanhamento do nível de emprego.

De 1970 a 1975, a taxa anual média do crescimento da população do Distrito Federal era três vezes superior à média brasileira. Embora o ritmo de crescimento relativo da população venha diminuindo ano a ano, o aumento absoluto de habitantes é cada vez menor, implicando em incremento acelerado da população economicamente ativa, cuja taxa de crescimento é sensivelmente superior à da população total, devido aos fluxos migratórios, que trazem, anualmente, grandes contingentes de mão-de-obra.

Essa população que procura emprego no Distrito Federal ressent-se de um mercado de trabalho restrito e limitado. A agricultura tem pouca possibilidade de absorção, devido à limitada extensão de terra cultivável ao quadrilátero. No setor secundário, está excluída a possibilidade de instalação de grandes fábricas, indústrias de base, petroquímicas, siderúrgicas ou outro tipo poluente, que absorveriam bastante mão-de-obra.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Além do setor de atividade «Administração Pública», que começa a saturar sua expansão, a indústria de construção civil está apresentando uma acentuada queda na oferta de empregos. Em 1973, quando essa indústria atingiu o máximo de expansão, houve uma oferta de trabalho a 54 mil 19 pessoas, ou seja, a 20 por cento da população economicamente ativa (PEA) ocupada. Em dezembro de 1977, a oferta desse gênero de atividade caiu para 28 mil 444 pessoas, reduzindo a participação relativa da PEA para aproximadamente dez por cento. E hoje, as queixas do sindicato patronal só são superadas pelas dos trabalhadores.

Para a década de 1980, o governo estima a criação de 400 mil empregos novos. Antes disso, será estimulada nas adjacências do Distrito Federal a criação de mini-indústrias, uma expansão do comércio e um acentuado desenvolvimento agrícola, principalmente nos sete pólos que serão centros de convergência: Anápolis, Unai, Paracatu, Catalão, Pires do Rio, Uruaçu e Alvorada do Norte.

O intento será tirar do plano-piloto a detenção de 70 por cento dos empregos. Segundo o anuário industrial da FIBRA, atualmente, é a seguinte a alocação de mão-de-obra industrial por localidade, executando-se nesses números a indústria de construção civil: 4 mil 365 no Plano Piloto; 127 em Planaltina; mil 650 em Taguatinga; mil 215 em Sobradinho; mil 187 no Gama; 180 no Núcleo Bandeirante; 17 na Brazlândia; 176 na Ceilândia; e 94 no Guarã. Na atividade industrial, excluída a construção civil, estão

empregadas atualmente 9 mil e 11 pessoas, principalmente no setor gráfico, no de produção de cimento, e no de esquadrias e outros artigos de serralheria.

PLANEJAMENTO

Citando a «Carta de Atenas» para lembrar as funções primordiais do homem — «habitar, produzir, consumir e ter lazer» — o professor José de Oliveira Neves, secretário executivo do convênio Seplan/GDF, prega a aproximação dessas funções para um correto planejamento urbano do Distrito Federal.

Ele diz que a descentralização do governo para as cidades-satélites e para a região geoeconômica é a única saída para evitar a saturação urbana.

— Acho essencial e indispensável aproximar as populações do trabalho. E, sendo o governo o maior emprega-

dor, a ele cabe ramificar seus órgãos pelas cidades-satélites, pois é exatamente o emprego público quem mais produz renda estável e maior consumo. Quem trabalha no Plano Piloto, só consome no Plano Piloto. Portanto, se nas cidades-satélites permanecer o pequeno consumo, seu comércio nunca crescerá. Além de tudo, o pequeno comerciante tem sempre que vender um pouco mais caro, para ter uma margem de lucro que o sustente.

Para aproximar a população do trabalho, o governo já delimitou uma área com capacidade para abrigar 960 mil famílias, que deverá receber infraestrutura suficiente, para aliviar o arrocho urbano que ameaça a cidade. Essa área situa-se entre Taguatinga, Ceilândia e Gama, e deverá, no futuro, abrigar uma indústria de pequeno porte.

No fim deste mês, o governador Elmo Serejo anunciará as localizações

adequadas para o assentamento industrial do Distrito, assim como as tipologias adequadas para a industrialização urbana. Nesse projeto, há proposições para preparação de cursos de reciclagem e reorientação da mão-de-obra, atualmente, ocupada na construção civil.

SUCESSOR

O trabalho efetuado pelo convênio Seplan/GDF, que já utilizou Cr\$ 42 milhões, só serão concluídos em maio do próximo ano. O próximo governador do Distrito Federal os receberá e os operará de acordo com seu plano de governo. Estará, no entanto, proibido de recusar-se a utilizá-lo, porque o projeto constitui uma decisão do governo da União.

Outro objetivo do projeto é enlarguecer o percentual da mão-de-obra ocupada na indústria de transformação, atualmente reduzido a um por cento. Nos 146 municípios da região geoeconômica, será dada prioridade aos setores industrial e agropecuário, ficando o setor de serviços mais restritos ao Distrito Federal e sua periferia.

CATALIZADOR

Segundo o secretário de Governo, Ivan Guanais de Oliveira, «o intento é que Brasília seja realmente um pólo indutor de desenvolvimento. Até agora, ela tem sido apenas um pólo catalizador. Nosso receio, é que a cidade venha a enfrentar os mesmos problemas enfrentados pelo Rio de Janeiro. Nosso objetivo, portanto, é esvaziar o quadrilátero, equipando as cidades-satélites com o maior grau de autonomia, evitando assim deslocamentos para o Plano Piloto».

Para Ivan Guanais, dessa forma, serão reorientadas as levas migratórias, que já se reduzem a menos de dez famílias por dia, e será estimulado o desenvolvimento da região centro-oeste, através dos sete pólos, que atrairão esses contingentes de mão-de-obra. Até o ano passado, a média diária de famílias imigrantes em Brasília era de 25, em geral, nortistas.

O acionamento de 101 técnicos de nível superior e de duas firmas consultoras na realização do projeto é justificado pelo secretário de Governo como «a preocupação governamental para que Brasília seja uma cidade eminentemente terciária. Daqui a 20 anos, ela terá 2 milhões e 400 mil habitantes; que empregos geraremos para eles? É por isso que as soluções procuradas deverão ter um alto nível de profundidade».

GRAFICA

E sugere, como prioritárias, as indústrias urbanas absorvedoras de grande volume de mão-de-obra, como a gráfica, que tem fácil localização nos espaços destinados pelo governo. Ele não sabe até que ponto o sucessor de Elmo Serejo deixará descentralizar a atividade governamental do Distrito Federal; «o fundamental, no entanto, é que ele dê prioridade à região geoeconômica, para reduzir-se esse fluxo migratório e para aliviar o crescimento vegetativo da população, a cada ano, mais preocupante».

A possibilidade de um desvirtuamento na aplicação do programa da região geoeconômica é totalmente descartada pelo Secretário. «Sou otimista, embora reconheça uma grande dificuldade para que o sistema produtivo ganhe o espaço regional. Mas o governo federal ajudará».



Descentralizar a mão-de-obra é a preocupação